



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

PREGÃO ELETRÔNICO

06/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(000925468)

OBJETO

Aquisição de scanner de radiação ionizante com software integrado para inspecionar bagagens, malas, pacotes, embalagens, outros volumes, incluindo materiais necessários para instalação, teste de funcionamento, configuração, treinamento de operação e assistência técnica durante o período de garantia, atendendo as especificações técnicas e entrega nos locais e prazos previstos no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 187.400,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA MEPP/EPP/EQUIPARADAS

Sim

OBSERVAÇÃO

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 100,00 (cem reais).



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

(Processo Administrativo nº 00512/2026)

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE – TCE/RN**, CNPJ 12.978.037/0001-78, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediado na Av. Getúlio Vargas, 690, bairro Petrópolis, na cidade de Natal/RN, CEP 59012-360, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MAIOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Data da sessão: 02 de JULHO de 2026

Horário: 09 hrs (horário de Brasília)

Local: Portal de Copras do Governo Federal – www.copras.gov.br

UASG: 925468

***Observação:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.*

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de scanner de radiação ionizante com software integrado para inspecionar bagagens, malas, pacotes, embalagens, outros volumes, incluindo materiais necessários para instalação, teste de funcionamento, configuração, treinamento de operação e assistência técnica durante o período de garantia, atendendo as especificações técnicas e entrega nos locais e prazos previstos no Termo de Referência. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. A licitação será realizada em único item

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Copras do Governo Federal (www.gov.br/copras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo a responsabilidade e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



- 2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornarem desatualizados.
- 2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).
- 2.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2.** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.7.3.** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.7.4.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.5.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.6.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9.** O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a



sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua com encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega definitiva e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não é menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não é menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame para aquele item

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. **Caberá ao licitante interessado participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**



4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no COMRAS .GOV e o disposto no Anexo I – Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item, expresso em Reais (R\$) ;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, providendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos.

5.8. A simples participação no certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no Pregão, em especial:

5.8.1. Compromisso da licitante de entregar o(s) item(ns) cotado(s) na sede do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN, pelo valor resultante de sua proposta ou do lance que a tenha consagrado vencedora, conforme caso e nos termos do Termo de Referência deste Edital;

5.8.2. Prazo para entrega indicado no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.
- 6.11.** No envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá aditar o reinício da disputa aberta, para a definição das devidas colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 6.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem
- 6.19.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.19.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 6.19.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.19.6.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.7.** empresas brasileiras;
 - 6.19.8.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.9.** empresas que comprovem prática de inovação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 .
- 6.20.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.20.2.** empresas brasileiras;
 - 6.20.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.20.4.** empresas que comprovem prática de inovação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) .
- 6.21.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos neste, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



- 6.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo estabelecido via sistema**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a seu critério ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, sendo esta aceita pelo pregoeiro, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Ipredivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Ipredivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou perar necerenciando preço áxiindefinido para a contratação;

7.5.4. não tiverer sua exequibilidade demnstrada, quando exigido pela Admistração;

7.5.5. apresentar desconforidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços ergeral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela Admistração .

7.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que coprove:

7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou encaso da necessidade de esclarecimentos compleentares, poderão ser efetuadas diligências, para que a epresa coprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cuprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a anifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.9. O pregoeiro poderá **convocar o licitante para enviar documentos que contenhamas características do aterial ofertado** , a exeplo de catálogos ou folhetos, encainhados por rio eletrônico, **sob pena de não aceitação da proposta.**

7.9.1. A convocação terá o prazo estabelecido a critério do pregoeiro, via ansagemno sistem , não sendo inferior ao **prazo de 2 (duas) horas.**

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por rio de ansagemno sistem

7.11. No caso de não haver entrega do(s) docuento(s) solicitado(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de docuento(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se o(s) docuento (s) apresentado(s) pelo primiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) docuento(s) coprobatório (s) e, assim sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termde Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termde Referência, necessários e suficientes para demnstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econôiro -financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e antê - los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela inforação, devendo proceder, iediataente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornar desatualizados .

8.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no onto da habilitação.



8.3. A verificação pelo Pregoeiro, em ~~ens~~ítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui ~~o~~io legal de prova, para fins de habilitação.

8.3.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam ~~monte~~plados no Sicaf serão enviados por ~~rio~~ do sistema ~~enforato~~ digital, não sendo inferior ao **prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.4. Ressalvado o disposto no item 7.1.1, os licitantes deverão encaminhar, nos ~~term~~s deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.4.1. Habilitação Jurídica

8.4.1.1. registro ~~com~~ercial, no caso de ~~ep~~resa individual (Requerimento de ~~Ep~~resário);

8.4.1.2. ~~ese~~ tratando de ~~MCROE~~PREENDEADOR INDIVIDUAL – ~~MI~~: Certificado da Condição de ~~MCROE~~PREENDEADOR INDIVIDUAL - CC~~MI~~, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

8.4.1.3. no caso de sociedade ~~ep~~resária ou ~~ep~~resa individual de responsabilidade ~~lita~~da - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta ~~Com~~ercial da respectiva sede, ~~acompanhado~~ de documento ~~cop~~robatório de seus ~~ad~~ministradores;

8.4.1.4. inscrição no Registro Público de ~~Ep~~resas ~~Mc~~cantis onde opera, ~~com~~averbação no Registro onde ~~ter~~sede a ~~at~~riz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.1.5. no caso de sociedade ~~sip~~les: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, ~~acompanhada~~ de prova da indicação dos seus ~~ad~~ministradores;

8.4.1.6. no caso de ~~ep~~resa ou sociedade estrangeira ~~enf~~uncionamento no País: decreto de autorização;

8.4.2. Qualificação Técnica

8.4.2.1. Atestado de capacidade técnica – no ~~ím~~im 01 (um) – ~~exclusiva~~mente em ~~nom~~ da licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ~~cop~~rovarando já ter executado ou estar prestando a contento, serviços ~~cop~~atíveis com objeto da licitação.

8.4.3. Qualificação Econômica - Financeira

8.4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante.

8.4.3.2. Balanço patrimonial e ~~de~~monstrações contábeis do ~~últim~~ exercício social, já exigíveis e apresentados na ~~for~~ma da lei, que ~~cop~~rovera boa situação financeira da ~~ep~~resa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há ~~ais~~ de 3 (três) ~~mes~~es da data de apresentação da proposta;

8.4.3.3. No caso de ~~ep~~resa constituída no exercício social vigente, ~~adite~~ -se a apresentação de balanço patrimonial e ~~de~~monstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.4.3.4. É ~~ad~~missível o balanço ~~inter~~mediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.4.3.5. ~~Cop~~rovação da situação financeira da ~~ep~~resa será constatada ~~mediante~~ obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

8.4.3.5.1. LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

8.4.3.5.2. SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



8.4.3.5.3. LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

8.4.3.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.4.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.4.4.1. Coprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, expedido pela Receita Federal;

8.4.4.1.1. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.4.4.1.2. Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com a Receita Federal do Brasil;

8.4.4.1.3. Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débito do Estado do Rio Grande do Norte ou sede do licitante;

8.4.4.1.4. Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débito do Município do Rio Grande do Norte ou sede do licitante;

8.4.4.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

8.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.6. O licitante enquadrado como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.7. Quando houver a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do sorteio dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômica - financeira, quando exigida, será observado o sorteio dos valores de cada consorciado.

8.9.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômica - financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não -digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornarem desatualizados.

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema eletrônico digital, não sendo inferior ao prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

8.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constarem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em caso de diligência, para Lei 14.133/21, art. 64.

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.17.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.17.5.

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assimsucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9. DO CONTRATO

9.1. Após a homologação da licitação, sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, ou instrumento equivalente, a Administração poderá :

9.3.1. encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) , para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

9.3.2. outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos do item 9.3 podem ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos .

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em meio próprio do sistema

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.tce.rn.gov.br>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Constitui infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo exceção de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em desacordo ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e



11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja provida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará



o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@tcern.tc.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspenderão prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinares da licitação serão sempre interpretadas em favor da aplicação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou de outras peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/copras>, bem como no site do TCE/RN e eletrônico <https://www.tce.rn.gov.br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.2. ANEXO II – Modelo do Contrato

Natal, 15 de junho de 2026.

assinado eletronicamente

MARISE MAGALY QUEIROZ ROCHA
Secretária de Administração do TCE/RN



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de 01 (um) Scanner de radiação ionizante com software integrado para inspecionar bagagens, malas, pacotes, embalagens, outros volumes, incluindo materiais necessários para instalação, teste de funcionamento, configuração, treinamento de operação e assistência técnica durante o período de garantia, atendendo as especificações técnicas e entrega nos locais e prazos previstos neste Termo de Referência.

1.2 O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da entrega definitiva do objeto, período no qual deverá ocorrer a entrega provisória, instalação, integração (caso o equipamento possua interface compatível com os sistemas institucionais existentes) testes, treinamento, comissionamento e recebimento mediante o aceite.

1.3 A vigência contratual compreende integralmente o período de garantia, durante o qual a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica com manutenções preventivas e corretivas, conforme condições previstas neste Termo de Referência, sem ônus adicional para a administração.

1.4 As descrições e quantidades totais dos itens estão discriminadas no quadro a seguir e foram definidas com base na demanda atual de controle de acesso da Instituição.





LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Scanner de inspeção por raio-x, incluindo todos os acessórios, softwares e serviços necessários ao pleno funcionamento; Materiais necessários para instalação e funcionamento; Instalação, configuração, testes e integração com sistema já existente, caso houver possibilidade; Treinamento para até 20 (vinte) operadores; Garantia e assistência técnica estendida (manutenções corretivas e preventivas) durante 36 (trinta e seis) meses.	01

1.5 O referido lote constitui-se em acessórios indissociáveis do equipamento principal, não constituindo objetos autônomos, razão pela qual a contratação deverá ser realizada em lote único.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (BASEADA NO ETP)

2.1 A presente contratação fundamenta-se expressamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) aprovado pela autoridade competente, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 A contratação é necessária para administração, pois visa implementar e reforçar o controle de acesso e a segurança institucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande



do Norte, mediante inspeção não intrusiva de volumes, prevenindo a entrada de objetos ilícitos ou perigosos como armas de fogo, armas brancas e drogas ilícitas.

2.3 Existe um problema a ser resolvido, atualmente o procedimento de inspeção de bagagens é limitado e não permite a detecção eficaz de armas, explosivos, substâncias ilícitas ou outros materiais proibidos, o que expõe servidores, autoridades e usuários a riscos à integridade física e patrimonial.

2.4 A referida aquisição trará vantagem para Administração, pois proporcionará: elevação do nível de segurança institucional, redução de riscos operacionais, inspeção rápida e não invasiva, conformidade com boas práticas de segurança em órgãos públicos, continuidade e eficiência do serviço de controle de acesso.

2.5 A solução atende diretamente ao interesse público ao proteger pessoas, patrimônio e a continuidade das atividades institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO CICLO DE VIDA ÚTIL DO OBJETO)

3.1 A solução consiste na aquisição de equipamento novo e sem uso anterior de um scanner de inspeção por raios-x para volumes e bagagens, do tipo túnel, com abertura aproximada de 600 mm × 400 mm, destinado à detecção de objetos proibidos, armas, explosivos, substâncias ilícitas e demais materiais de risco, por meio da geração controlada de radiação ionizante.

3.2 A solução é composta por: 01 (um) equipamento de inspeção por raios-x, incluindo obrigatoriamente:

- 3.2.1 estação de controle e análise de imagens;
- 3.2.2 softwares e licenças necessárias ao funcionamento integral do sistema;
- 3.2.3 instalação, configuração e comissionamento;
- 3.2.4 treinamento operacional de usuários;
- 3.2.5 assistência técnica durante o período de garantia;
- 3.2.6 acessórios, cabos e dispositivos necessários ao pleno funcionamento.





3.3 Por se tratar de equipamento emissor de radiação ionizante, sua instalação, operação, manutenção e desativação deverão observar integralmente as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), bem como as demais regulamentações sanitárias, trabalhistas e de proteção radiológica aplicáveis.

3.4 O ciclo de vida útil do equipamento abrange todas as fases compreendidas desde a fabricação, transporte, entrega, instalação, comissionamento e entrada em operação, até sua utilização contínua, manutenção preventiva e corretiva, substituição de componentes sujeitos a desgaste, especialmente o tubo gerador de raios-x.

3.5 Considera-se, para equipamentos dessa natureza, vida útil estimada entre 8 (oito) e 12 (doze) anos, condicionada às rotinas de operação e manutenção recomendadas pelo fabricante. Durante esse período deverão ser assegurados, no mínimo:

- 3.5.1 operação contínua em regime institucional de inspeção de segurança;
- 3.5.2 manutenção preventiva periódica conforme especificações técnicas do fabricante;
- 3.5.3 suporte técnico especializado por empresa habilitada;
- 3.5.4 disponibilidade de peças de reposição originais ou equivalentes;
- 3.5.5 testes periódicos de desempenho e qualidade de imagem;
- 3.5.6 verificação dos sistemas de segurança radiológica;
- 3.5.7 eventual substituição de componentes críticos sujeitos a desgaste;
- 3.5.8 conformidade permanente com os limites de emissão radiológica estabelecidos pela CNEN;
- 3.5.9 capacitação inicial e atualização dos operadores sempre que necessário.

3.6 Ao término da vida útil, o equipamento deverá permitir desativação segura, incluindo procedimentos adequados para remoção e descarte do tubo de raios-x e demais componentes que contenham materiais controlados, em conformidade com a legislação ambiental e nuclear vigente.





3.7 A solução proposta contempla tecnologia consolidada, amplamente empregada em órgãos públicos e instalações de segurança, caracterizada por elevada confiabilidade, baixo risco operacional e adequada ao perfil institucional de inspeção de bagagens e volumes.

Características Funcionais

3.8 O equipamento deverá permitir a inspeção não intrusiva de volumes, bagagens e objetos diversos, utilizando tecnologia digital de captura e processamento de imagens por raios X, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência. Sua implantação destina-se à utilização nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), em ambiente institucional de controle de acesso e segurança.

Estação de Controle e Subsistemas

3.9 A solução deverá incluir estação de operação completa, composta por monitor para visualização das imagens, unidade de processamento, dispositivos de controle e demais componentes necessários à operação segura e eficiente do equipamento.

3.10 Deverão estar incluídos todos os subsistemas, interfaces, softwares, instrumentos, ferramentas, cabos, acessórios e licenças de uso necessário ao funcionamento adequado do sistema nas condições previstas neste Termo de Referência, sem ônus adicional para a administração.

3.11 O equipamento deverá ser entregue apto para operação contínua em ambiente institucional de controle de acesso e inspeção de segurança, devendo operar com estabilidade, segurança e confiabilidade compatíveis com uso intensivo.

3.12 A CONTRATADA deverá assegurar que o sistema opere de forma segura para usuários, operadores e público em geral, em conformidade com as normas vigentes de proteção radiológica e segurança ocupacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





- 4.1 O equipamento deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo que se fará mediante o aceite depois de cumprida todas as etapas dispostas neste Termo de Referência.
- 4.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica integral por funcionários credenciados/habilitados pela CNEN, utilizando exclusivamente peças novas, originais do fabricante ou equivalentes de qualidade comprovada, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, mão de obra, peças, deslocamento e atualizações necessárias ao pleno funcionamento.
- 4.3 O equipamento deverá atender integralmente às normas aplicáveis à segurança radiológica e demais regulamentações técnicas vigentes.
- 4.4 O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, acompanhado de todos os componentes, acessórios e softwares necessários ao seu pleno funcionamento.
- 4.5 A solução deverá contemplar o fornecimento, transporte, instalação, configuração, testes operacionais e entrada em funcionamento no local indicado pela Administração.
- 4.6 A contratada deverá observar integralmente as normas aplicáveis à segurança elétrica, ocupacional e à proteção radiológica, especialmente aquelas expedidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).
- 4.7 Deverá ser fornecido treinamento operacional aos servidores designados, abrangendo uso do equipamento, procedimentos de segurança e rotinas básicas de operação.
- 4.8 Deverá ser prestada assistência técnica durante o período de garantia, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, incluindo peças, mão de obra e deslocamento.
- 4.9 A solução deverá garantir operação segura, contínua e adequada ao ambiente institucional de controle de acesso e inspeção de segurança.
- 4.10 A contratada deverá assegurar a disponibilidade de suporte técnico e peças de reposição durante a vida útil estimada do equipamento.





4.11 A garantia abrangerá, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer defeitos de fabricação, montagem, componentes, materiais, funcionamento e desempenho dos equipamentos, desde que não decorrentes de uso indevido, negligência ou acidentes por parte da CONTRATANTE.

4.12 A retirada de equipamentos ou peças para manutenção fora das dependências do TCERN deverá ser previamente autorizada pelo gestor ou fiscal técnico do contrato. Todas as despesas relativas a transporte, manuseio e acondicionamento correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

Da manutenção e prazos do nível de atendimento (SLA).

4.13 Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar manutenção corretiva, sempre que necessário, assegurando o pleno e ininterrupto funcionamento do equipamento, incluindo a substituição de peças e componentes defeituosos.

4.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento técnico para registro de chamados em dias úteis, no horário comercial.

4.15 Os serviços deverão ser prestados em dias úteis, no horário das 7h às 18h, podendo, excepcionalmente, ocorrer fora desse período mediante solicitação da CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

4.16 A manutenção corretiva será realizada sempre que houver falha ou interrupção do funcionamento, devendo o atendimento técnico observar os prazos estabelecidos no Anexo I deste TR.

4.17 Todos os custos com deslocamento, mão de obra, peças, insumos e demais materiais necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos durante o período de garantia correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.18 A CONTRATADA deverá manter condições adequadas de assistência técnica durante a vigência do contrato, preferencialmente com equipe autorizada localizada na região onde os equipamentos estiverem instalados ou com capacidade comprovada de atendimento, de forma a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos.





- 4.19 A CONTRATADA deverá manter e disponibilizar à CONTRATANTE relatórios técnicos de todas as intervenções realizadas, preventivas ou corretivas, contendo a descrição detalhada dos serviços executados, peças substituídas, data, local e identificação do técnico responsável.
- 4.20 Após a abertura do chamado técnico pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá acusar formalmente o recebimento e fornecer número de protocolo ou registro equivalente no prazo máximo de até 8 (oito) horas úteis.
- 4.21 A resposta inicial deverá conter, no mínimo, confirmação do registro do chamado, identificação do responsável pelo atendimento e previsão preliminar para início do atendimento técnico.
- 4.22 O descumprimento do prazo de resposta inicial caracterizará atraso no atendimento, para fins de apuração de responsabilidade contratual.
- 4.23 O atendimento técnico deverá ser iniciado em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da abertura do chamado pela CONTRATANTE.
- 4.24 O prazo máximo para solução do problema será de até 10 (dez) dias úteis, salvo nos casos em que a complexidade do defeito exigir prazo superior, devidamente justificado e previamente autorizado pela Administração.
- 4.25 Caso o prazo máximo de solução seja ultrapassado e o equipamento permaneça inoperante, a CONTRATADA deverá proceder, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, à substituição por equipamento novo, equivalente ou superior, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional.
- 4.26 Caso o equipamento apresente falhas recorrentes que comprometam sua operação normal, caracterizadas por 03 (três) ou mais ocorrências de defeitos da mesma natureza dentro de um período de 90 (noventa) dias, a CONTRATANTE poderá exigir a substituição definitiva do equipamento por outro novo, equivalente ou superior, sem ônus adicional.
- 4.27 A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação formal da administração.





4.28 O equipamento substituto deverá atender integralmente às especificações do Termo de Referência e iniciar novo período de garantia.

4.29 Enquanto não ocorrer a substituição definitiva, a CONTRATADA deverá disponibilizar imediatamente equipamento provisório equivalente, sem ônus adicional, de forma a não interromper as atividades da Administração.

4.30 Durante o período de garantia, todos os atendimentos técnicos decorrentes de defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento deverão ocorrer sem qualquer custo adicional para a administração, incluindo peças, componentes e mão de obra.

Qualidade e comprovação dos equipamentos

4.31 O equipamento de inspeção por raio-x deverá atender integralmente às especificações técnicas, requisitos de desempenho, sensibilidade, confiabilidade operacional e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis.

4.32 Para fins de comprovação da qualidade e do desempenho do equipamento ofertado, a licitante deverá apresentar, nos termos e prazos definidos no edital, laudo técnico ou relatório de ensaio emitido por laboratório independente, idôneo e reconhecido, que ateste que o equipamento atende ou supera os requisitos técnicos e operacionais exigidos neste Termo de Referência.

4.33 O laudo técnico deverá conter, no mínimo:

4.33.1 Identificação completa do laboratório emissor, incluindo razão social, CNPJ e eventual credenciamento junto a órgãos ou entidades competentes;

4.33.2 Descrição objetiva dos ensaios realizados, com indicação das metodologias empregadas e das normas técnicas utilizadas;

4.33.3 Resultados obtidos nos ensaios, demonstrando a conformidade do equipamento com os requisitos técnicos e de desempenho exigidos;





4.33.4 Conclusão clara quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

4.33.5 A ausência do laudo técnico, ou a apresentação de documento que não comprove o atendimento aos requisitos técnicos exigidos, poderá ensejar a desclassificação da proposta, observado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Fornecimento, prazo, local e condições de entrega

5.1. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) se plenamente justificável e aceito pela administração pública, contados a partir da data de recebimento pelo fornecedor beneficiário da Nota de Empenho.

5.2. Os bens deverão ser entregues e instalados no endereço: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Edifício Dr. Múcio Vilar Ribeiro Dantas, Av. Getúlio Vargas, 690, Petrópolis, Natal (RN), CEP: 59.012-360, telefone: (84) 3642-7386. Aos cuidados do responsável pelo setor, em data previamente agendada com a fiscalização do contrato.

5.3 Os bens deverão ser entregues: Em dia e horário de expediente do TCE/RN, de segunda a sexta-feira, no horário entre 8 e 12 horas. Telefone:(84) 3642-7386.

5.4 O transporte, seguro, carga e descarga serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser adotadas as medidas necessárias para preservar a integridade do equipamento.

5.5 Os equipamentos deverão estar em conformidade com as quantidades solicitadas, obedecidas, outrossim, obrigatoriamente, suas respectivas especificações e características, conforme definidas neste Termo de Referência e na proposta de preço vencedora;

5.6 Novo e em perfeitas condições de uso e/ou funcionamento, assim como livres de tributos, fretes, seguros, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o preço registrado;





5.7 Deverão ser entregues com manuais em português e todas as características e qualidades exigidas nas especificações, em cujas embalagens constem as datas de fabricação, posto que esses dados serão conferidos pelo setor competente;

5.8 Após verificação da conformidade dos produtos com as quantidades solicitadas, bem como com as suas especificações e características previamente definidas, dar-se-á o recebimento provisório do objeto, mediante recibo apostado no anverso do documento fiscal correspondente.

5.9. Será verificada a conformidade do equipamento com as especificações técnicas, requisitos de segurança e desempenho operacional.

5.10 Poderão ser realizados testes adicionais para comprovação do funcionamento adequado e da qualidade das imagens geradas.

5.11. O equipamento deverá operar dentro dos parâmetros de segurança radiológica e confiabilidade exigida.

5.12. A entrega do objeto compreende não apenas o fornecimento físico do equipamento, mas também todos os serviços técnicos indispensáveis à sua plena operacionalização, incluindo instalação, calibração, integração (quando aplicável), testes de funcionamento, treinamento de operadores e validação técnica.

Instalação

5.13 A CONTRATADA deverá realizar a instalação completa do scanner de inspeção por raio-x no local indicado pela administração, incluindo: posicionamento e montagem, fixação e nivelamento, interligação elétrica, configuração de software, ajustes iniciais, demais procedimentos necessários ao correto funcionamento.

5.14 Todos os materiais, acessórios, suportes, cabos, conectores e insumos necessários deverão estar inclusos no fornecimento, sem custos adicionais.





Testes e Calibração

5.15 Após a instalação, deverão ser executados testes completos de funcionamento, incluindo: verificação dos sistemas de segurança, testes de detecção e sensibilidade, estabilidade operacional, calibração inicial, qualidade de imagem, funcionamento da esteira transportadora, verificação de alarmes e dispositivos de proteção.

5.16 A CONTRATADA deverá demonstrar o correto funcionamento mediante simulação de operação real e apresentação de imagens obtidas pelo equipamento.

5.17 O equipamento deverá operar dentro dos limites de segurança radiológica estabelecidos pelas normas vigentes.

5.18 Caso sejam identificadas falhas decorrentes da instalação, a CONTRATADA deverá corrigi-las sem ônus adicional.

5.19 Ao final, deverá ser apresentado relatório técnico detalhado contendo os procedimentos realizados e a comprovação do pleno funcionamento.

Integração com Sistemas Existentes (quando aplicável)

5.20 Caso o equipamento permita integração com sistemas institucionais existentes (controle de acesso, CFTV, alarmes ou outros), esta deverá ser realizada por meio de interfaces compatíveis, sem necessidade de substituição dos sistemas já instalados e sem custos adicionais para a Administração.

Treinamento

5.21 A CONTRATADA deverá ministrar treinamento operacional para até 20 (vinte) servidores indicados pela administração, abrangendo: operação básica e avançada, interpretação de imagens, procedimentos de segurança, rotinas operacionais e emergenciais, ajustes permitidos ao usuário e boas práticas de utilização e conservação.





5.22 O treinamento deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a instalação e antes do recebimento definitivo.

5.23 Deverão ser fornecidos manuais e materiais didáticos em língua portuguesa, preferencialmente em formato digital.

Aceite Técnico e Recebimento

5.24 A entrega somente será considerada concluída após a realização de todas as etapas acima.

5.25 Não será admitida a entrega meramente física como condição suficiente para recebimento.

5.26 O recebimento provisório ocorrerá após a instalação e verificação preliminar.

5.27 O recebimento definitivo será formalizado após: conclusão dos testes operacionais, realização do treinamento, validação formal pela fiscalização, comprovação do pleno funcionamento.

5.28 A Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações.

Amostra técnica

5.29 A administração poderá, a seu exclusivo critério, solicitar a realização de amostra técnica dos equipamentos ofertados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da solicitação oficial, em local previamente definido pela CONTRATANTE, conforme disposto no Termo de Referência.

5.30 A amostra técnica visa à realização de exame de conformidade ou prova de conceito, comparando os equipamentos ofertados com as especificações técnicas exigidas neste TR ou com protótipo padrão, a fim de assegurar aderência ao objeto contratado.



5.31 Em casos de licitação, esta exigência deverá ser aplicada apenas ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, depois da análise das propostas iniciais, para não impôr ônus desnecessários a todos os concorrentes, preservando os princípios da competitividade, isonomia e eficiência do certame.

5.32 O procedimento de análise da amostra técnica deverá ocorrer com transparência, permitindo acesso ao laudo, parecer ou relatório conclusivo pela empresa licitante, com garantia do direito ao contraditório e ampla defesa em caso de eventual desconformidade identificada.

5.33 Caso a amostra técnica evidencie que o equipamento ofertado não atende às especificações exigidas, a proposta poderá ser desclassificada, mediante parecer fundamentado, assegurando à licitante a possibilidade de recurso, nos termos do edital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, a qualidade do objeto fornecido e a adequada execução dos serviços associados.

6.2 Compete à fiscalização: acompanhar a execução, verificar conformidade técnica, registrar ocorrências, atestar recebimentos, comunicar irregularidades, podendo ser utilizado sistema eletrônico próprio do órgão.

6.3 A fiscalização não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

6.4 O fiscal técnico acompanhará a entrega, instalação, funcionamento e desempenho do equipamento, verificando a conformidade com as especificações e requisitos estabelecidos.

6.5 O fiscal administrativo acompanhará aspectos formais e documentais, incluindo prazos, comunicações, garantias e condições para pagamento, desde a entrega até o término do período de garantia.



6.6 A CONTRATADA deverá prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização sempre que necessário.

Comunicação entre as Partes

6.7 As comunicações oficiais entre contratante e contratada deverão ocorrer por meio formal, preferencialmente eletrônico, com registro de data e conteúdo.

6.8 A contratada deverá indicar preposto responsável pela interlocução com a Administração durante toda a execução contratual.

Controle de Prazos

6.9 O gestor do contrato acompanhará o cumprimento dos prazos de entrega, instalação, treinamento, testes e atendimento técnico.

6.10 O descumprimento injustificado de prazos poderá ensejar aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual.

Gestão da Garantia e Assistência Técnica

6.11 Durante o período de garantia, a fiscalização acompanhará a prestação da assistência técnica, incluindo manutenção preventiva e corretiva.

6.12 As intervenções técnicas deverão ser registradas, contendo descrição do serviço executado, peças substituídas e data de atendimento.

6.13 A fiscalização deverá assegurar a continuidade operacional do equipamento sempre que possível.

Recebimento do Objeto

6.14 O recebimento provisório será realizado após a entrega e instalação do equipamento.

6.15 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade, realização dos testes operacionais e conclusão do treinamento.



6.16 O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo, salvo disposição diversa prevista no contrato.

Obrigações da CONTRATADA

6.17 Atender prontamente quaisquer exigências dos representantes da CONTRATANTE, inerentes ao objeto;

6.18 Entregar os equipamentos objeto do presente contrato à CONTRATANTE em perfeito estado de novo, devidamente instalados e em pleno funcionamento, dentro do prazo acordado, acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

6.19 Deverá informar na nota fiscal a descrição do produto fornecido pela empresa, de acordo com as especificações descritas na Nota de Empenho, e em conformidade com as especificações constantes neste termo, na(s) proposta(s) de preço(s) vencedora(as) e seus anexos;

6.20 Ressarcir os eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE, e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega/execução das obrigações assumidas neste Termo de Referência;

6.21 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

6.22 A CONTRATADA deverá manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, e-mail e meios de contato junto à CONTRATANTE.

Obrigações da CONTRATANTE

6.23. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado;

6.24 Impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA realizem a entrega dos materiais;



- 6.25 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar os fornecimentos dos materiais dentro das especificações exigidas, conforme este termo;
- 6.26 À CONTRATANTE, se reserva no direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante da administração, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;
- 6.27 Acompanhar e fiscalizar o perfeito fornecimento do presente instrumento, através da comissão ou servidor designado pela CONTRATANTE;
- 6.28 Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer fornecimento cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas neste termo;
- 6.29 Comunicar à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante o fornecimento do objeto, para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante neste termo;
- 6.30 Rejeitar no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com as especificações do objeto contratado;
- 6.31 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento do objeto, fixando prazo para sua correção.
- 6.32 Constatadas falhas na execução, a contratada será formalmente notificada para adoção das providências necessárias.
- 6.33 Persistindo o descumprimento, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação e no contrato.



Irregularidades e Sanções

6.34 Considerando a natureza crítica do equipamento para o controle de acesso e a segurança institucional da CONTRATANTE, o descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando houver prejuízo à continuidade do serviço.

6.35 As sanções aplicáveis seguem o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades legais e contratuais previstas neste Termo de Referência.

6.36 Por inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA poderá sofrer as seguintes penalidades:

6.36.1 advertência, quando houver descumprimento de obrigações contratuais consideradas faltas leves que não acarretem prejuízos significativos à execução;

6.36.2 multa entre 0,1% e 10% do valor total da contratação, em caso de atraso superior ao limite estabelecido na alínea anterior ou de inexecução parcial;

6.36.3 multa entre 0,1% e 15% do valor total da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

6.37 Para fins de aplicação das multas previstas neste Termo de Referência considera-se:

6.37.1 valor do item afetado: o valor individual do equipamento ou parcela contratual impactada pela infração;

6.37.2 valor total do contrato: o valor global adjudicado.

6.38 Poderá ser aplicada à CONTRATADA a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada a prática de infrações que justifiquem a restrição temporária de participação em procedimentos licitatórios e contratações públicas.

6.39 A penalidade implicará o registro da sanção nos sistemas oficiais de cadastramento e controle, inclusive no SICAF, observadas as determinações legais.



Penalidades Específicas para o Equipamento de Segurança

6.40 Sem prejuízo das penalidades acima poderão ser aplicadas as seguintes sanções específicas relacionadas à execução do objeto:

Multa por atraso na entrega ou instalação

6.40.1 o atraso injustificado na entrega, instalação ou comissionamento do equipamento sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de até 0,5% (meio por cento) do valor do item afetado por dia de atraso, limitada a 10% do valor do referido item;

Multa por indisponibilidade do equipamento

6.40.2 a indisponibilidade do equipamento por falha não solucionada dentro dos prazos estabelecidos no SLA caracterizará descumprimento contratual e sujeitará a CONTRATADA à multa diária de até 0,3% (três décimos por cento) do valor total de contrato, limitada a 15% (quinze por cento), enquanto perdurar a inoperância.

6.41 Para fins desta cláusula, considera-se indisponibilidade a impossibilidade total ou parcial de utilização do equipamento para sua finalidade principal.

Multa por descumprimento de níveis de serviço (SLA)

6.42 O não atendimento aos prazos de resposta, atendimento ou solução previstos no SLA implicará aplicação de multa proporcional à gravidade da infração, sem prejuízo da obrigação de regularização imediata.

Substituição obrigatória por falhas recorrentes

6.43 Caso o equipamento apresente falhas reiteradas que comprometam sua operação normal, caracterizadas conforme critérios definidos neste Termo de Referência, a CONTRATADA será obrigada a substituí-lo por outro novo, equivalente ou superior, sem ônus adicional.

6.44 O descumprimento desta obrigação poderá ensejar aplicação de multa adicional e demais sanções previstas na legislação e neste Termo de Referência.



Multa por descumprimento de obrigação de substituição

6.45 O não fornecimento de equipamento substituto, provisório ou definitivo, nos prazos estabelecidos, sujeitará a CONTRATADA à multa diária até a efetiva regularização.

Penalidades por falhas graves de segurança

6.46 Serão consideradas falhas graves aquelas que comprometam:

6.46.1 a detecção de materiais proibidos;

6.46.2 a integridade das imagens;

6.46.3 a segurança radiológica;

6.46.4 o funcionamento essencial do equipamento.

6.47 Nesses casos, a Administração poderá:

6.47.1 aplicar multa agravada;

6.47.2 exigir substituição imediata do equipamento;

6.47.3 promover a rescisão contratual por interesse público;

6.47.4 instaurar processo para aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

Sanções de natureza restritiva

Impedimento de licitar e contratar

6.48 A CONTRATADA poderá ser sancionada com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública quando:

6.48.1 retardar injustificadamente a execução;

6.48.2 falhar na manutenção do equipamento;

6.48.3 descumprir obrigações essenciais;

6.48.4 comprometer a continuidade do serviço de segurança.



Declaração de inidoneidade

6.49 Nos casos mais graves, especialmente quando houver dolo, fraude ou prejuízo relevante à segurança institucional, poderá ser aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, nos termos da legislação vigente.

Cumulação de Penalidades

6.50 As sanções previstas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

6.51 As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF, observando-se as determinações legais.

6.52 A aplicação das penalidades não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração.

Processo Administrativo

6.53 A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

Disposição final

6.54 As penalidades previstas neste Termo de Referência visam assegurar a continuidade do serviço de segurança institucional, sendo consideradas proporcionais à criticidade do equipamento contratado.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante comprovação da entrega, instalação, treinamento e pleno funcionamento do equipamento, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2 A contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação vigente.



7.3 A documentação deverá ser encaminhada por meio do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, disponível em Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (www.tce.rn.gov.br), no campo “Serviços e Consultas”, na aba “Enviar Nota Fiscal”, para que seja procedido o pagamento pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TCE/RN. Conforme procedimentos internos do órgão.

7.4 O pagamento ficará condicionado:

7.4.1 ao recebimento definitivo do objeto pela fiscalização do contrato;

7.4.2 à verificação da conformidade do equipamento com as especificações técnicas;

7.4.3 à comprovação da regularidade fiscal da contratada;

7.4.4 à inexistência de pendências ou irregularidades na execução contratual.

7.5 Estando a documentação regular e atestada a execução, o pagamento será processado pela unidade competente do órgão, mediante ordem bancária em favor da contratada.

7.6 Caso sejam constatadas inconsistências na documentação apresentada ou na execução do objeto, o pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências.

7.7 Não haverá pagamento antecipado, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

7.8 O pagamento será efetuado pelo TCE/RN em uma única parcela mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até o 30 (trinta) dias, contado do atesto da nota fiscal.

7.9 Na hipótese da apresentação de erros no documento de cobrança, fica suspenso o prazo para o pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentada nova documentação sem erros.

7.10 Na hipótese de apresentação de erro ou inconsistência no documento de cobrança, o prazo para pagamento ficará suspenso, reiniciando-se a contagem somente após a reapresentação da documentação devidamente corrigida, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.



Do Reajuste de Preços

7.11 Considerando que a vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, nos termos da legislação vigente.

7.12 Durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual, os preços permanecerão fixos e irreajustáveis.

7.13 Por se tratar de aquisição de bem permanente com garantia estendida, o reajuste incidirá apenas sobre eventuais parcelas ainda não pagas ou sobre obrigações contratuais de execução futura vinculadas ao período de garantia, quando aplicável, não alcançando valores já quitados.

7.14 O reajuste não altera a natureza da contratação, não implica modificação do objeto e não substitui a revisão contratual por reequilíbrio econômico-financeiro.

7.15 Permanece assegurada a possibilidade de revisão contratual para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excepcionais previstas em lei, desde que devidamente comprovadas.

7.16 A aplicação do reajuste dependerá de solicitação formal da CONTRATADA e de prévia análise e aprovação da Administração, não sendo automática.

7.17 O reajuste não se confunde com o reequilíbrio econômico-financeiro, o qual poderá ser concedido a qualquer tempo nas hipóteses legalmente previstas, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

Do Índice de Reajuste Aplicável

7.18 Caso venha a ser admitido reajuste de preços, será adotado como índice oficial de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo.



7.19 A escolha do IPCA justifica-se por tratar-se do índice oficial de inflação do país, amplamente utilizado pela Administração Pública, representativo da variação geral de preços da economia e adequado para contratos de aquisição de bens permanentes que não envolvam insumos específicos com dinâmica própria de mercado.

7.20 Considerando que o objeto consiste na aquisição de equipamento de segurança institucional de alta tecnologia, acompanhado de garantia técnica, e não de prestação continuada de serviços ou fornecimento periódico de insumos, o IPCA mostra-se o indicador mais apropriado para recompor a inflação geral incidente sobre custos administrativos, logísticos e operacionais da contratada ao longo da vigência contratual.

7.21 Na hipótese de extinção, indisponibilidade ou inadequação do índice indicado, será adotado o índice oficial que melhor reflita a variação inflacionária do período, mediante justificativa técnica da Administração.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, em atendimento à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o critério de julgamento será o de menor preço por lote, considerando o atendimento integral das especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

8.2 A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se por assegurar maior competitividade, transparência e economicidade ao processo, além de atender ao princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.3 Somente serão aceitas propostas que atendam integralmente às condições e requisitos estabelecidos neste documento, sendo desclassificadas aquelas que não comprovarem conformidade com as especificações exigidas.

Capacidade técnica da empresa licitante

8.4 A empresa deverá apresentar autorização para operação emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), relativa à prestação de serviços de manutenção e assistência técnica de equipamentos de raios X utilizados em inspeção de bagagens e afins.



8.5 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste TR, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.6 Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados pelo período mínimo de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A contratação objeto deste Termo de Referência está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e previamente autorizada, a ser certificada pelo setor competente de orçamento e finanças do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

9.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da CONTRATANTE, classificadas conforme a natureza da despesa aplicável, observadas as disposições da legislação financeira e orçamentária, especialmente a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei nº 14.133/2021.

9.3 Caberá ao setor responsável pela execução orçamentária e financeira emitir a respectiva declaração de adequação orçamentária e financeira, bem como proceder à reserva de dotação e à emissão da Nota de Empenho previamente à formalização da contratação.

9.4 Na hipótese de insuficiência ou inexistência de dotação orçamentária, a contratação não poderá ser efetivada até a devida regularização orçamentária, nos termos da legislação vigente.

10. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS





10.1 O equipamento deverá possuir estrutura inteiriça, robusta e resistente a impactos mecânicos, garantindo a proteção integral de todos os componentes críticos, tais como gerador de raios X, detectores, sensores e placas eletrônicas, considerando as movimentações inerentes ao uso operacional contínuo.

10.2 A carenagem externa e seus acessórios deverão ser confeccionados em chapas metálicas com revestimento sintético ou equivalente, dotadas de pintura eletrostática, resistentes à corrosão, desgaste e deterioração ao longo da vida útil do equipamento.

10.3 O equipamento não deverá apresentar arestas cortantes, reentrâncias, furos, proeminências ou quaisquer elementos que possam ocasionar risco de acidentes ou aprisionamento de partes do corpo ou vestuário dos usuários.

10.4 Todos os componentes deverão ser padronizados e intercambiáveis, visando facilitar a manutenção e garantir a continuidade operacional.

10.5 O túnel de inspeção deverá atender cumulativamente às seguintes dimensões livres: Largura: mínimo de 600 mm e máximo de 630 mm e Altura: mínimo de 400 mm e máximo de 430 mm.

10.6 O sistema deverá operar em visão única (single view), por meio de conjunto integrado de gerador e detectores adequados à aplicação de segurança institucional.

10.7 Deverá possuir cortinas flexíveis impregnadas com material plumbífero na entrada e na saída do túnel, capazes de impedir vazamento de radiação, sem interferir na formação e qualidade das imagens.

10.8 A transportadora deverá suportar carga mínima distribuída de 150 kg, sem prejuízo da velocidade operacional ou da qualidade da imagem gerada.

10.9 O peso máximo do equipamento, excluídos os acessórios, deverá ser de até 500 kg, admitida variação de $\pm 10\%$, de modo a permitir instalação em pavimentos elevados e assegurar mobilidade interna em dias de eventos.

10.10 As dimensões externas máximas do equipamento deverão ser: comprimento total (com esteira): até 1.650 mm, largura: até 820 mm e altura (sem acessórios): até 1.250 mm.





10.11 O equipamento deverá possuir mecanismo integrado de recolhimento da esteira transportadora, permitindo a redução do comprimento total em, no mínimo, 750 mm, sem comprometimento da integridade estrutural após múltiplos ciclos de uso.

10.12 A altura da cinta transportadora em relação ao piso deverá situar-se entre 640 mm e 700 mm.

10.13 Não será admitida a utilização de suportes, mesas ou estruturas externas para atendimento das dimensões exigidas, devendo o equipamento ser construído em estrutura única e integral.

10.14 A esteira transportadora deverá operar nos dois sentidos de deslocamento com velocidade entre 0,20 m/s e 0,30 m/s (sendo configurável) com ou sem carga, sem prejuízo da qualidade da imagem e com comandos independentes por meio da interface gráfica do sistema.

10.15 A emissão de raios-x deverá ocorrer exclusivamente na presença de volumes, por meio de sensores automáticos de entrada e saída do túnel.

10.16 O equipamento deverá realizar a varredura completa do volume em passagem única, sem fragmentação da imagem.

10.17 As imagens deverão ser exibidas em tempo real em monitor touchscreen, com todas as funções operacionais acessíveis diretamente pela interface.

10.18 Todas as telas, menus, relatórios e o sistema operacional deverão estar integralmente em Português do Brasil.

10.19 Deverá possuir acionadores de emergência físicos, capazes de desligar imediatamente o gerador de raios-x e a esteira transportadora.

10.20 Deverá possuir cortinas em material plumbífero na entrada e saída do túnel para bloquear o vazamento de raios-x, garantindo a proteção radiológica.

Segurança radiológica em conformidade normativa





10.21 O equipamento deverá utilizar exclusivamente gerador de raios x de emissão controlada, sendo vedado o uso de fontes radioativas ou tecnologias que produzam radiação residual.

10.22 O gerador deverá operar com tensão anódica mínima de 160 kV, assegurando adequada visualização de objetos de alta densidade.

10.23 O vazamento máximo de radiação não deverá exceder 1 $\mu\text{Sv/h}$, medido a 100 mm de qualquer superfície acessível do equipamento.

10.24 O equipamento deverá atender integralmente às normas e regulamentações da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em especial a Norma CNEN NN 3.01 e a Posição Regulatória nº 3.01/001.

10.25 A licitante deverá apresentar laudo radiométrico do equipamento ofertado, emitido por Supervisor de Radioproteção legalmente credenciado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, atestando a conformidade do scanner de inspeção por raios X com os requisitos técnicos, de segurança e desempenho aplicáveis.

10.26 O equipamento, no que se refere às instalações elétricas, deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 5410

10.27 O scanner de inspeção por raio-X deverá atender aos requisitos de Compatibilidade Eletromagnética (EMC), comprovados por certificação ou relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado, em conformidade com a norma CISPR 32 ou norma internacional equivalente aplicável, tais como a IEC 61000 (série) ou CISPR 11.

10.28 O equipamento não deverá afetar filmes fotográficos até ISO 1600, mídias magnéticas, equipamentos eletrônicos, medicamentos ou alimentos inspecionados.

Processamento, imagem e detecção

10.29 O sistema deverá operar em plataforma estável, de arquitetura 64 bits, com suporte a atualizações de segurança, podendo ser baseado em Linux ou tecnologia equivalente.

10.30 Deverá possuir capacidade mínima de armazenamento interno para 200.000 imagens, adotando política FIFO (primeiro a entrar, primeiro a sair).



10.31 As imagens deverão ser criptografadas e conter, no mínimo, data, hora, operador e número de série do equipamento.

10.32 Deverá permitir exportação de imagens nos formatos JPEG, PNG, TIFF ou BMP, bem como emissão de relatórios em PDF e XLS.

10.33 O sistema deve operar por um monitor touchscreen de no mínimo 21 polegadas, tecnologia LED ou LCD. A interface, incluindo menus, relatórios e o sistema operacional (baseado em Linux 64 bits), deve estar integralmente em Português do Brasil e resolução compatível com o desempenho do sistema.

10.34 O sistema deverá apresentar imagens em no mínimo 05 cores diversas, além do preto e branco, com diferenciação por número atômico efetivo, permitindo a identificação de materiais orgânicos, inorgânicos, metálicos e de transição.

10.35 Deverá possuir, ainda as seguintes funcionalidades de processamento de imagem: zoom mínimo de 128x, inversão de imagem, realce de densidade, alertas automáticos e revisão das últimas imagens escaneadas.

10.36 O equipamento deverá apresentar penetração mínima de 44 mm em aço e resolução mínima equivalente a fio de 40 AWG. As funcionalidades de imagem devem operar simultaneamente e incluir: alertas automáticos para explosivos, narcóticos e alta densidade e revisão das últimas 20 imagens escaneadas.

10.37 O equipamento deverá ser compatível, no mínimo, com o padrão ONVIF Perfil S, para monitoramento remoto e gravação de sessões, mediante comprovação por declaração formal do fabricante ou certificado de conformidade. O acionamento da emissão de raio-x deverá ocorrer automaticamente, condicionado exclusivamente à detecção de volumes por sensores, vedada a emissão contínua não condicionada.

Função TIP e relatórios (gestão)

10.38 O equipamento deverá possuir função TIP (Threat Image Projection), com banco mínimo de 300 imagens fictícias de ameaças.

10.39 Deverá permitir a configuração de tempos distintos de análise operacional, bem como seleção das imagens utilizadas no banco TIP.



10.40 Os relatórios deverão ser emitidos em Português do Brasil e conter, no mínimo: desempenho por operador, quantidade de volumes inspecionados, registros de falhas, acessos e configurações do sistema.

10.41 O armazenamento interno deve suportar no mínimo 200.000 imagens em formato criptografado, utilizando o sistema FIFO (as mais antigas são substituídas ao atingir a capacidade máxima).

10.42 O sistema deve permitir a exportação de imagens (JPEG, TIFF, PNG, etc.) e de relatórios em formatos PDF e XLS.

10.43 Os relatórios devem detalhar o desempenho da função TIP, quantidade de itens por operador, falhas do sistema e registros de acesso.

10.44 O acesso deve ser controlado por níveis: Operador, Supervisor e Administrador, cada um com senhas e permissões específicas de configuração e manutenção.

Características Elétricas e Acessórios

10.45 O equipamento deve ser bivolt automático (127/220 VCA, 60 Hz) e possuir proteção contra surtos, sobrecarga e interferências eletromagnéticas.

10.46 Devem ser fornecidos obrigatoriamente:

10.47 No-break (UPS): Com autonomia mínima de 10 minutos em carga plena;

10.48 Deverão ser fornecidas 02 (duas) extensões de esteira, cada uma composta por 02 (dois) módulos de no mínimo 500 mm, dotadas de roletes em aço inoxidável com proteção nas laterais e batentes de fim de curso para a segurança na retenção do objeto;

10.49 Suporte articulado: Compatível com padrão VESA para o monitor com ajustes completos de altura, inclinação e rotação;





10.50 Operação em temperatura ambiente entre 0°C e +45°C e umidade relativa entre 10% e 90%, sem condensação.

11. INTEGRA ESTE TR PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, O SEGUINTE ANEXO:

11.1 Anexo I – Prazos Contratuais.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA), MANUTENÇÃO E GARANTIA

(Anexo ao Termo de Referência)

1. Atendimento Técnico e Suporte

ETAPA DA EXECUÇÃO	PRAZO PREVISTO	BASE LEGAL / REFERÊNCIA NO TR
Apresentação de Amostra Técnica	Até 30 dias após solicitação oficial (apenas para o 1º colocado).	Item 5.29
Entrega do Equipamento	Até 30 dias corridos (prorrogáveis por mais 30) após o recebimento da Nota de Empenho. Horário: 08h às 12h.	Itens 5.1 e 5.3
Instalação e Configuração	Imediata após a entrega física, compreendendo montagem, calibração e ajustes.	Itens 4.5 e 5.13
Treinamento de Operadores	Em até 15 dias após a instalação e obrigatoriamente antes do recebimento definitivo.	Itens 4.7 e 5.22
Recebimento Definitivo	Após êxito nos testes, treinamento e validação formal da fiscalização (Atesto).	Item 5.27

2. Níveis de Serviço (SLA) e Manutenção em Garantia

TIPO DE CHAMADO / EVENTO	PRAZO MÁXIMO DE RESPOSTA / SOLUÇÃO	AÇÃO REQUERIDA
---------------------------------	---	-----------------------





Abertura de Chamado (Protocolo)	Até 8 horas úteis.	Acusar recebimento e fornecer número de protocolo formal.
Início do Atendimento Técnico	Até 24 horas da abertura do chamado.	Presença de técnico habilitado pela CNEN no local da instalação.
Solução Definitiva do Problema	Até 10 dias úteis.	Reparo e retorno do equipamento à operação
Equipamento Provisório	15 dias após o chamado.	Disponibilizar máquina equivalente se o reparo exceder o prazo de solução.
Substituição Definitiva (Gatilho)	03 ou mais falhas da mesma natureza em 90 dias.	Notificação formal para substituição por equipamento novo.
Execução da Substituição	30 dias corridos após a notificação.	Entrega e instalação do novo scanner (reinicia prazo de garantia).
Equipamento Provisório	15 dias após o chamado.	Disponibilizar máquina equivalente se o reparo exceder o prazo de solução.

3. Quadro Demonstrativo: Infração vs. Sanção Aplicável

Natureza do Descumprimento	Tipo de Sanção	Valor da Multa / Penalidade	Observações (Ref. TR)
Atraso na Entrega ou Instalação	Multa Moratória	0,5% ao dia sobre o valor do item afetado.	Limitada a 10% do valor do item (6.40.1).
Indisponibilidade (SLA não cumprido)	Multa Diária	Até 0,3% do valor total do contrato.	Limitada a 15%; aplicada durante a inoperância (6.40.2).
Atraso no Protocolo ou Início de Suporte	Multa	Proporcional à gravidade da infração.	Vinculada aos prazos de 8h e 24h da Seção 2 (6.42).
Inexecução Parcial	Multa Compensatória	0,1% a 10% do valor total.	Descumprimento de cláusulas ou falhas de segurança (6.36.2).
Inexecução Total	Multa Compensatória	0,1% a 15% do valor total.	Abandono do objeto ou falha crítica insanável (6.36.3).
Faltas Leves	Advertência	Sanção não pecuniária.	Sem prejuízo significativo à segurança (6.36.1).





O presente quadro estabelece os níveis mínimos de serviço a serem observados pela contratada durante o período de garantia e suporte técnico, constituindo referência objetiva para avaliação da qualidade dos serviços prestados e para eventual aplicação de penalidades contratuais.

Natal, 28 de março de 2026.

Miguel Ângelo **Vidal** de Azevedo – 2º Sgt PM
Assistente da Unidade de Planejamento do GSI
Matrícula 9.927 - 9.





TERMO DE CONTRATO Nº 000/2026 - TC

**TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE
SI O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE E A**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.978.037/0001-78, com sede na avenida Getúlio Vargas, 690, Petrópolis, em Natal/RN, CEP 59.012-360, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pela sua Secretária de Administração, **MARISE MAGALY QUEIROZ ROCHA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 523.220.334-72, conforme competência atribuída pelo art. 1º, V, “c” da Portaria nº 002/2025-GP/TCE, de 02.01.2025, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN, edição de 03.01.2025, e a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.000.000/0000-00**, com sede na, representada, neste ato, por, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.000.000-00, tendo em vista o que consta no processo nº 512/2026-TC e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 000/2026-TC**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de scanner de radiação ionizante com software integrado para inspecionar bagagens, malas, pacotes, embalagens, outros volumes, incluindo materiais necessários para instalação, teste de funcionamento, configuração, treinamento de operação e assistência técnica durante o período de garantia**, atendendo as especificações técnicas e entrega nos locais e prazos previstos no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se, desde já, independentemente de transcrição, ao respectivo Termo de Referência e anexo, bem como à Proposta Comercial da CONTRATADA, que estão dispostos nos autos do processo identificado no preâmbulo do presente instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, isto é, de **XX.XX.2026 a XX.XX.2029**, coincidindo com o prazo de execução, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



2.2. A prorrogação do contrato fica condicionada à avaliação da sua vantajosidade para o CONTRATANTE, com base no histórico de gestão, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos julgados relevantes.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 00,00 (...)**, referente à prestação dos serviços discriminados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Scanner de inspeção por raio-x, incluindo todos os acessórios, softwares e serviços necessários ao pleno funcionamento; Materiais necessários para instalação e funcionamento; Instalação, configuração, testes e integração com sistema já existente, caso houver possibilidade; Treinamento para até 20 (vinte) operadores; Garantia e assistência técnica estendida (manutenções corretivas e preventivas).	01	00,00	00,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do TCE/RN, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:



Órgão/Unidade	02101 – Tribunal de Contas do RN
Função/Sub-Função/Programa	01.032.0107 – Fortalecimento do Controle Externo
Ação	186301 – Manutenção e Funcionamento
Natureza da Despesa	449052 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recursos	0.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Serão observadas, naquilo que for cabível, quanto aos pagamentos e procedimentos relacionados à matéria, as disposições da Resolução n.º 021/2016-TCE, de 06.09.2016, bem como o disposto no Termo de Referência, ao qual os itens desta cláusula são complementares.

5.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

5.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

5.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE dará ciência aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





5.7. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação no SICAF.

5.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

5.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As disposições referentes ao reajuste encontram-se discriminadas no item 7 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE GESTÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAIS

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/ 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, salvo a devida justificativa, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas para aquela contratação, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação.

7.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada e acompanhará: empenho; pagamento; garantias; glosas; apostilamentos e termos aditivos. Além disso, solicitará quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.





7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades quando e se cabíveis.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela execução do contrato.

As disposições consignadas nesta cláusula não prejudicam e, sim, complementam aquelas estabelecidas no Termo de Referência a respeito da gestão e fiscalização da contratação

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e Proposta Comercial;

8.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações;

8.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

8.5. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas na lei e neste contrato;

8.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.8. As obrigações previstas nesta cláusula não prejudicam e, sim, complementam as demais obrigações do CONTRATANTE estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, na sua Proposta Comercial e neste Termo de Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores), a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

9.6. Comunicar ao Fiscal, caso não seja provida solução em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que prejudique o acesso aos serviços previsto no objeto deste contrato.

9.7. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na habilitação ou para a qualificação na contratação;

9.8. Guardar sigilo sobre todas as informações confidenciais obtidas em decorrência da execução do objeto;

9.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, no que for aplicável;

9.10. As obrigações previstas nesta cláusula não prejudicam e, sim, complementam as demais obrigações da CONTRATADA estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato ora firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados pessoais do CONTRATANTE obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA, exceto aqueles que sejam estritamente necessários para a prestação dos serviços.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD e outras hipóteses legais, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais do CONTRATANTE para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Contrato.





13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas ao longo do item 6 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. Indenizações e multas.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).



14.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais devem obedecer às disposições do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões unilaterais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE e da CONTRATADA, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. As partes signatárias, isto é, CONTRATANTE e CONTRATADA, declaram que o presente instrumento poderá ser assinado eletronicamente, com fundamento na MP nº 2200-2/2001 e no Decreto nº 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis.





18.2. A assinatura com Certificado Digital e/ou Eletrônica tem a mesma validade jurídica de um registro e autenticação em cartório, mediante utilização de certificados e-CPF, e-CNPJ e/ou NF-e.

18.3. As partes signatárias, isto é, CONTRATANTE e CONTRATADA, renunciam à possibilidade de exigir a troca, envio e/ou entrega das vias originais (não-eletrônicas) assinadas do presente instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar e/ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável ao caso.

18.4. Na hipótese de utilização de assinatura com Certificado Digital e/ou Eletrônica, o presente instrumento prescinde da assinatura de testemunhas para sua constituição como título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, § 4º, da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

18.5. Na hipótese de utilização de assinatura com Certificado Digital e/ou Eletrônica, o documento será considerado como efetivamente assinado na data da assinatura do seu último signatário.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Estadual, Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com a exclusão de qualquer outros, por mais privilegiado que seja.

As partes declaram que este instrumento é celebrado de forma livre, voluntária e consciente, sem que haja qualquer vício de consentimento, tendo ambas tomado pleno conhecimento de seu conteúdo e de seus efeitos jurídicos antes da assinatura.

Natal/RN, XX de XXXXXXXX de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

